

JOSÉ LEBRE DE FREITAS

INTRODUÇÃO AO PROCESSO CIVIL CONCEITO E PRINCÍPIOS GERAIS À LUZ DO CPC DE 2013

5.^a EDIÇÃO

ÍNDICE

•

Prefácio à 5. ^a edição	5
Prefácio à 4. ^a edição	7
Prefácio à 3. ^a edição	9
Abreviaturas	11
I.	
O CONCEITO	
1. A INSTRUMENTALIDADE DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	15
2. ESTRUTURA.....	19
2.1. O processo como sequência de atos.....	19
2.2. O ato processual.....	22
2.3. A invalidade do ato da sequência	25
3. FUNÇÃO.....	33
3.1. Espécies de ações.....	33
3.2. A tutela do direito material	40
3.3. A justa composição do litígio	43
3.4. Posição adotada	49
3.5. Decisão de mérito e decisão de absolvição da instância.....	52
3.6. A simulação do litígio.....	54
4. OBJETO	59
4.1. A pretensão	59
4.2. A relação jurídica material	60
4.3. O litígio.....	62
4.4. Conflito de interesses e pretensão.....	65
4.5. A jurisdição voluntária	65
4.6. Análise da pretensão. A causa de pedir	69

ÍNDICE

•	
5. Sujetos	79
5.1. OS sujetos processuais	79
5.2. As partes	80
5.3. Tutela judiciária e autotutela	83
5.4. Os tribunais judiciais	84
5.5. Os tribunais arbitrais	88

II. OS PRINCÍPIOS GERAIS

1. INTRODUÇÃO	99
1.1. A importância dos princípios gerais	99
1.2. Direito fundamental à jurisdição e princípios da lei ordinária	102
2. O ACESSO AOS TRIBUNAIS.....	105
2.1. O art. 20 da Constituição da República	105
2.2. Direito de ação	106
2.2.1. Sua natureza	106
2.2.2. A ação popular	108
2.3. Direito de defesa	113
2.3.1. Suas derivações	113
2.3.2. O conhecimento do processo.....	114
2.3.3. Dispensa da audição prévia	119
2.3.4. A cominação da revelia.....	123
2.4. Entraves económicos.....	125
2.4.1. Não devem existir	125
2.4.2. Apoio judiciário.....	126
2.4.3. Falta de pagamento da taxa de justiça	127
2.4.4. Falta de pagamento de impostos.....	128
2.5. Independência e imparcialidade do tribunal.....	129
3. PRINCÍPIO DA EQUIDADE	131
3.1. Suas vertentes	131
3.2. Princípio do contraditório.....	132
3.2.1. O direito de influenciar a decisão.....	132

ÍNDICE

•	
3.2.2. No plano da alegação.....	133
3.2.3. No plano da prova.....	136
3.2.4. No plano do direito	141
3.3. Princípio da igualdade de armas.....	145
3.4. Direito à comparência pessoal	147
3.5. A licitude da prova.....	149
3.6. Dever de fundamentação	149
3.7. O princípio da publicidade.....	151
4. O PRAZO RAZOÁVEL	153
5. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DO CONTEÚDO DA DECISÃO	157
5.1. Jura novit curia	157
5.2. A questão jurídica prejudicial.....	159
6. PRINCÍPIO DO DISPOSITIVO	163
6.1. Disponibilidade da tutela jurisdicional e responsabilidade pela matéria de facto.....	163
6.2. A disponibilidade da instância	166
6.3. A conformação da instância	171
6.4. A formação da matéria de facto	174
6.4.1. Factos principais	174
6.4.2. Factos de conhecimento oficioso	178
6.4.3. Factos instrumentais	181
6.5. O acordo sobre os factos da causa	183
6.6. Princípio do inquisitório	184
7. PRINCÍPIOS DA PRECLUSÃO E DA AUTORRESPONSABILIDADE DAS PARTES.....	189
8. PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO	193
8.1. O dever de cooperar.....	193
8.2. Cooperação material.....	194
8.3. Cooperação formal	198
8.4. Sua importância	199
9. PRINCÍPIOS DA IMEDIAÇÃO, ORALIDADE E CONCENTRAÇÃO E PRINCÍPIO DA LIVRE APRECIAÇÃO DA PROVA	201
9.1. Imediação	201
9.2. Oralidade e concentração	203

ÍNDICE

•	
9.3. A livre apreciação da prova	204
9.4. Certeza e verosimilhança	208
9.5. Plenitude da assistência do juiz.....	209
10. PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.....	211
10.1. Noção geral.....	211
10.2. Economia de processos	211
10.2.1. Suas manifestações.....	211
10.2.2. O litisconsórcio.....	212
10.2.3. Cumulação de pedidos e pedido subsidiário	216
10.2.4. Ampliação e alteração do pedido e da causa de pedir	219
10.2.5. Reconvenção	222
10.2.6. Intervenção de terceiros	225
10.3. Economia de atos e formalidades	231
11. PRINCÍPIO DA GESTÃO PROCESSUAL	233
11.1. Direção formal do processo	233
11.2. Adequação formal.....	236
11.3. Impugnabilidade.....	239
Bibliografia.....	241
Índice.....	247



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt